

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

RUMOS DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XV

São múltiplos e complexos os problemas que se colocam em relação aos primórdios da expansão portuguesa e aos rumos traçados face a posições nem sempre concordantes entre si e que transparecem através duma detecção cuidadosa das fontes coevas susceptíveis de análise e de reflexão.

Antes de abordarmos as posições e atitudes assumidas pelos mentores em relação às directrizes da expansão ultramarina, convém colocar a questão, já por algumas vezes ventilada, de como foi possível a um país de recursos demográficos tão diminutos abalançar-se a uma empresa de tanta envergadura.

Tal como aconteceu com outros países europeus Portugal sofreu uma forte quebra populacional no decurso do século XIV. Embora se ignore com precisão o momento em que começou a desenhar-se a recessão existem indícios que apontam para o início da década de 1330, como uma das etapas mais marcantes do decréscimo populacional. A crise cerealífera fez-se sentir por toda a Europa, manifestando-se em alguns países antes de Portugal.

Os solos esgotados devido à ausência de rotações agrárias, com excepção dos países da Europa Central e da Escandinávia, a juntar ao clima de instabilidade gerado pela guerra dos Cem Anos e pelo incremento do banditismo, criaram condições propícias à eclosão da crise. Perante o quadro sumariamente descrito qualquer alteração climática teria consequências catastróficas.

Essas alterações verificaram-se particularmente durante as três *

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

primeiras décadas do século XIV, muito húmidas e chuvosas. As águas pluviais encharcavam os campos e as sementes lançadas à terra rapidamente apodreciam. Durante o ano de 1308 perdeu-se toda a produção cerealífera no sul e no oeste alemão. No entanto particular gravidade assumiram as chuvas torrenciais de 1314-1317, as quais atingiram sobretudo a Inglaterra e a França O.

Numa sociedade que se alimentava sobretudo de pão a sua falta representava um desastre. Ao longo do século XIV a escassez de trigo provocou aumentos espectaculares. Na década de 1310-1320 o preço do pão cifrou-se em 150% acima dos valores normais. Mas em casos pontuais, ocorridos aqui ou além, este valor podia multiplicar-se. As oscilações nos preços são bruscas e conjunturais.

As crises que abalam a sociedade europeia têm particular incidência sobre os camponeses que dependem sobretudo da exploração da terra por conta própria ou na generalidade dos casos por conta de outrem. Provavelmente em consequência da grande fome de 1314-1317, rebentam na Flandres, no ano de 1323, tumultos em que participam os homens do campo. Estes organizam-se em bandos que por todo o lado praticam malfetorias e pilhagens (2).

Os sintomas de crise generalizada que afloram nos diversos países europeus manifestam-se na Península Ibérica a partir da terceira década do século XIV. O acontecimento mais grave que se pode comprovar documentalmente é a grande fome de 1333. Segundo o relato coimbrão, no ano em apreço "morreram muytas gentes de fome". Os cadáveres eram em tal número que não podiam ser depositados nos adros das igrejas, abrindo-se covas onde eram colocados quatro e seis corpos de defuntos (3).

Os fortes nevões qua assolam a Península Ibérica e cobrem o solo com uma camada de gelo são os responsáveis pelo intenso surto de fome que se faz sentir em 1343-1346. Ora este quadro teria de criar condições propícias a um decréscimo populacional que se acentua com a Peste Negra de 1348. Para Portugal apenas dispomos de dados

O No domínio da vasta bibliografia existente sobre a matéria salienta-se o artigo de Marian Malowist, *Croissance et régression en Europe XIV^e-XVIII^e siècles*, Paris, 1972.

(2) Uma visão global sobre os movimentos sociais encontra-se na obra clássica de Michel Molat e Philippe Wolff, *Ongles bleus. Jaccjues et Ciompi. Les révolutions populaires en Europe aux XIV et XV siècles*, Paris, 1970.

(3) "Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra", in *Crestomatia Arcaica*, Lisboa, s.d., pp. 156-157.

fragmentários que apontam para uma redução de população cujos valores oscilam entre os 30 e os 50%, dando-se o caso de muitos lugares ficarem ermos e totalmente abandonados (4).

As estimativas acerca da população portuguesa em meados do século XIV defrontam-se com a dificuldade de não ser possível determinar qual o número de portugueses existentes. É muito provável que a população não fosse além dos setecentos mil habitantes.

Qual o seu ritmo de crescimento durante um século e meio? Julgamos com base no "numeramento" ou cadastro populacional de 1527, ordenado pelo rei D. João II, que a população se cifraria então na ordem de um milhão e duzentos mil habitantes, pelo que o seu ritmo de crescimento ao longo de século e meio seria da ordem de meio milhão.

Apresenta-se, contudo, tão linear este processo de crescimento da população portuguesa? Esta questão revela-se central se lembrarmos que muitos autores, sobretudo estrangeiros, se interrogam como foi possível a um país tão pequeno e despovoado abalançar-se na empresa dos descobrimentos e, em escala reduzida, na ocupação de territórios ultramarinos (5).

Uma visão conjuntural da segunda metade do século XIV revela-nos que um dos resultados da Peste Negra se caracterizou pelo progressivo abandono das áreas rurais em benefício das cidades. O problema resultante deste fluxo migratório ressentiu-se não só desta tendência mas também do carácter irregular das chuvas e da pobreza do solo, se exceptuamos as zonas cultivadas constituídas pelos vales aluviais dos grandes rios.

A Lei das Sesmarias procurou inverter esta tendência ao determinar a expropriação das terras aos que as deixassem de cultivar, procedendo-se à sua entrega em "sesmaria" aos novos cultivadores.

(4) A reconstituição mais completa sobre o despovoamento causado pela Peste Negra, deve-se a Iria Gonçalves, "Consequências Demográficas da Peste Negra", in "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, Braga, 1963, pp. 214-220.

(5) Lembremos a propósito as considerações de Pierre Chaunu ao sublinhar que "um pequeno país que conta um pouco menos de um milhão de habitantes, pouco mais de 2% da cristandade, consagrou, de 1415-1460, à invenção geográfica do mundo, muito mais que todos os outros países reunidos" (*L'expansion européenne du XIII^e au XV^e siècle*, Paris, 1969, p. 128).

Desconhece-se, contudo, qual o alcance prático das medidas preconizadas por essa legislação (6).

Apesar de todas as dificuldades e contradições que se encontram neste processo desenha-se uma tendência, após a solução do problema com Castela em 1411, no sentido de dar início a uma expansão marítima. Esta movimentação que resulta essencialmente de uma convergência de forças sociais, em que as correntes dominantes são constituídas pela nobreza e pelos homens dos negócios, traduz-se numa acentuada polarização nas áreas costeiras do território.

Ao longo do século XV observa-se uma constante mobilidade de quadros sociais, muitos deles liderados pelos nobres, que procuram fixar-se em áreas estratégicas particularmente sensíveis a uma maior participação nas empresas marítimas. Conforme já tivemos ensejo de escrever é notória a deslocação de importantes quadros para a região do Algarve, sem que os mesmos tenham qualquer tipo de ligação anterior a este território (7).

Numa primeira fase que se relaciona com a expedição a Ceuta de 1415 aparece-nos uma pequena nobreza local, ligada às principais cidades marítimas algarvias, que participa na conquista e ocupação da referida praça marroquina, juntamente com outros nobres de pequena extracção oriundos do Alentejo e que se deslocam para o sul (8).

Sintomático, contudo, é o quase total alheamento dos freires da Ordem de Santiago neste movimento marítimo, na medida em que eles detêm importantes pontos estratégicos ao longo do litoral algarvio.

O fidalgo do Algarve que mais se destaca na expedição a Ceuta é Gonçalo Nunes Barreto. Mas mesmo este parece ser oriundo do centro do país. Com efeito trazia da coroa a vila de Cemache, próxima de Coimbra, da qual abdica por troca, em 19 de Setembro de 1413, com o benelplácito da coroa, que lhe cede o reguengo da Quarteira no termo de Loulé. Apoiante indefectível do Mestre de Avis quando da revolução de 1383, participa anos mais tarde na expedição a Ceuta.

(6) Virgínia Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946.

0 Humberto Baquero Moreno, "A nobreza do Algarve nos fins da Idade Media", in *Actas das II Jornadas de História Medieval do Algarve, e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 135-150.

(8) *Idem, ibidem*, pp. 135-137.

Primo de D. Pedro de Meneses, governador da praça africana e encarregado da defesa da torre de Fez, situada nessa cidade, à frente de um contingente de 250 escudeiros. Tomou parte em diversas expedições punitivas nos arredores de Ceuta. Durante uma das suas estadas em Portugal teve a desagradável notícia do falecimento de seu filho Fernão Barreto, quando combatia os mouros nos arredores dessa praça marroquina (8).

Um seu homónimo e descendente directo foi alcaide-mor do castelo de Faro durante os reinados de D. Duarte e D. Afonso V. Ocupa o cargo de fronteiro-mor do Algarve e não obstante os fortes laços que prendiam os Barretos à casa do Infante D. Pedro (seu antecessor era capitão de ginetes do duque de Coimbra) combate ao lado do rei em Alfarrobeira (10). Diferente sorte teve Pero Barreto, descendente do primeiro Gonçalo Nunes Barreto, também residente em Faro, que sendo fidalgo da casa do Infante D. Pedro conservou-se-lhe fiel e esteve ao seu lado, o que lhe custou perder os seus bens em benefício de Rui Valente, fidalgo algarvio. Este viria a perdê-los por homicídio, tendo os mesmos sido devolvidos em 1454 a Catarina Nogueira, viúva por essa altura de Pero Barreto O¹).

Todos estes membros da estirpe dos Barretos acabam por enraizar-se no Algarve e com maior ou menor relevância participar nas expedições de auxílio e socorro da praça de Ceuta.

O comprometimento de um sector importante da nobreza portuguesa na conservação da praça de Ceuta, algumas vezes ameaçada pelo assédio adversário, constitui um sinal de que D. João I não só encarava com determinação a presença portuguesa em esse ponto estratégico de Marrocos como ainda alimentava a pretensão de apoderar-se pelas armas de Tânger e Arzila.

De facto, ninguém melhor do que D. João I encarnava as responsabilidades de Ceuta e a necessidade de ampliar esta conquista perante os malogros sucessivos, quer desta praça como fonte de receita e solução ao problema do tráfico rico de África e do Oriente, quer da posse das Canárias, base estratégica, escala certa para as navegações atlânticas dos portugueses e possível dos castelhanos. A insistência

O *Idem, ibidem*, pp. 137-138.

(10) *Idem, A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, pp. 734-735.

(ⁿ) *Idem, A nobreza do Algarve...* p. 139.

obedecia a uma lógica de alargamento do espaço atlântico, tanto insular (Madeira e Açores) como territorial (Marrocos) (12).

Entre o rei D. João I e os seus colaboradores mais próximos teria havido uma total unanimidade face ao plano expansionista por ele concebido?

A escassez de recursos humanos, a que atrás aludimos, fazia esmorecer muitos na aceitação de um projecto que punha em risco a salvaguarda do próprio país.

Aliás esses receios transparecem nos pareceres formulados por alguns dos principais intervenientes e mentores da política portuguesa. Na carta escrita pelo Conde de Arraiolos ao rei D. Duarte, em 22 de Abril de 1433, este titular desaconselha abertamente a ida dos portugueses ao Norte de África. Como alternativa invoca motivos para os cristãos conquistarem o reino muçulmano de Granada, o que em sua opinião seria serviço de Deus, honra e proveito. O Conde apresenta os argumentos porque a guerra em África se lhe afigura nociva. Mesmo que se conquistasse alguma parcela territorial seria difícil aos portugueses conservarem-na. Curiosamente formula esta imagem: "Portugal é tal como os homens de grande idade que encobrem o passamento dos dias sem se muito parecer nêles a mímica e nos derradeiros anos caem e assim será a este reino porque ainda que pareça que o tirar dos pedidos o não destroem, nos derradeiros se descobrirá sua queda" (13).

Outra das preocupações que ressaltam do pensamento do Conde de Arraiolos reside no temor de um esforço militar em África representar uma destruição do reino português. Pelo contrário a ida a Granada, além de nos deixar bem colocados perante Castela poderia solucionar algumas questões em aberto como o casamento da filha do rei D. Duarte, a conquista de Granada pelo Infante D. Henrique, que assim passaria a controlar a política do reino de Castela, e ainda se garantiria a posse definitiva das Canárias pelo monarca português. Um conselho avisado consiste na expressa recomendação do conde para que os grandes problemas do reino não se resolvam ao acaso

(12) Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, vol. \, Lisboa, s.d., p. 127 ss.

(13) Biblioteca Nacional da Ajuda, manuscrito. Publicado por Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1945, pp. 58-63, a partir da leitura de Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, 2.^a ed., Lisboa, 1901, pp. 203-209.

sem se atender à opinião pública. No conjunto das suas observações deparamos com uma apreciável dose de realismo, ponderando-se no seu íntimo as vantagens e os inconvenientes resultantes deste processo ⁽¹⁴⁾.

Em perfeita sintonia com o parecer do Conde de Arraiolos deparamos com os juízos formulados por seu pai o Conde de Barcelos, irmão do rei D. João I, na sua carta escrita ao monarca seu sobrinho, em 19 de Maio de 1433. Para ele esta ida a África não traz qualquer proveito, pois quaisquer que sejam os resultados não serão suficientes para fazer face às despesas e aos males que possam acontecer. Aliás o lançamento de um empréstimo público (pedido) torna-se oneroso para a população, do mesmo modo que a mobilização de barcos resulta prejudicial para os mercadores. Este inconveniente é agravado pelo recrutamento de besteiros do conto, o que traz prejuízo aos lavradores e aos oficiais mecânicos na medida em que rouba braços às actividades profissionais. Assim manifestava a D. Duarte que "se perderdes os bons que lá irão, certo a perda de bons homens não se pode cobrar, porque ainda que outros venham não vêm em tempo" ⁽¹⁵⁾.

No âmago do seu pensamento ressalta a ideia, aliás, expressa, que uma orientação política deste tipo escandaliza o povo e traz-lhe uma grande soma de agravos. Ora no seu dizer "vós não podeis em isto obrar que não façais agravos, primeiro agravar e depois ganhar glória não é muita santa via", pelo que é de registar tal propósito ⁽¹⁶⁾.

Uma atitude diferente assume o Conde de Barcelos em relação a uma expedição a Granada, pelo que aqui a sua posição identifica-se à de seu filho, que do mesmo modo rejeita Marrocos.

A emissão do parecer do Conde de Ourém, filho do anterior, é de 4 de Junho de 1433. Ao longo da sua exposição insiste sobretudo na nota do serviço de Deus e fá-lo com maior insistência do que seu pai ou seu irmão. Para ele ir a Granada significa que a prestação desse serviço sobreleva qualquer interesse de carácter material na medida em que não se colheria qualquer vantagem. Neste aspecto

⁽¹⁴⁾ *Idem, ibidem.*

⁽¹⁵⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livraria*, ms. 1929, fols. 69 v.-73. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1ª ed., vol. V, Lisboa, 1733, p. 23 ss. Publicado por Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, pp. 68-72.

⁽¹⁶⁾ *Idem, ibidem.*

contudo diverge do pai e do irmão, os quais admitiam que uma expedição militar a esse reino seria de extrema utilidade para Portugal (17).

O Conde de Ourém advoga no seu parecer que não se devem lançar pedidos e que será de evitar a todo o custo o recurso à quebra de moeda. Embora reconheça valentia ao Infante D. Henrique, aconselha o monarca a que não permita que ele vá só pois apenas dificilmente poderia sustentar o grande poder do rei de Marrocos. Considera que D. Duarte deverá participar com toda a força do seu exército para assim poder alcançar um vitória em força que lhe traga prestígio entre todos os príncipes da cristandade. Uma expedição que contasse somente com a participação de D. Henrique poderia obrigar o rei a ter de intervir em seu auxílio perante uma situação embaraçosa para os portugueses. No decurso da sua linha de pensamento o Conde de Ourém transmite uma ideia de espírito de cavaleirismo em que se conciliam as razões cruzadísticas do sentido da honra e do serviço de Deus (18).

Sensivelmente desta altura é o parecer formulado pelo Infante D. João, irmão do rei. O seu tipo de argumentação obedece a um critério filosófico em que se preocupa mais em apresentar as razões dos outros do que propriamente as suas. Para ele as posições enquadram-se em duas atitudes: as do siso ou do bom senso e as da cavalaria ou da temeridade (19).

O bom senso desaconselha a guerra por quatro motivos.

O primeiro por amor do serviço de Deus, visto que conduz aos "pedidos" que lançam o povo na miséria. Mesmo que prevaleça a recta intenção é bastante duvidoso que a guerra seja serviço de Deus, o qual manda evangelizar os povos mas não guerreá-los.

O segundo motivo determina que o siso dissuade da guerra por amor da honra. Alegoricamente evoca Jesus Cristo que se recusou a lançar-se do pináculo.

O terceiro motivo é o amor do proveito. A despesa é certa se houver guerra, o lucro é duvidoso e existe o perigo iminente de

(17) A.N.T.T., *Livraria*, ms. 1928, fols. 73-78v. Publicado por Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tanger, (1433-1438)*, Lisboa, 1960, pp. 78-80.

(18) *Idem, ibidem*.

(19) A.N.T.T., *Livraria*, ms. 1928, fols. 44v-52v. Publicado por Domingos Maurício Gomes dos Santos, *ob. cit.*, pp. 80-83.

perder Portugal enfraquecido que fica desamparado à mercê da duvidosa Castela.

O quarto motivo porque o siso desaconselha a guerra é o amor do prazer, dado que as operações militares provocam males, sofrimentos e mortes e tomam duvidoso o prazer.

Também pelas mesmas quatro razões a cavalaria aconselha a guerra.

A primeira por serviço de Deus. Esta guerra será a cruz com que merecemos seguir a Jesus Cristo até ao céu. Como prémio dos actos valerosos a igreja concede indulgências e Deus proporciona milagres aos que acometem empresas deste talante.

A segunda mostra que a honra da cavalaria só se alcança com as guerras. A guerra não pode mover-se contra os cristãos e muito menos contra Granada que faz parte da esfera de influência de Castela. Uma empresa militar desta natureza apenas será possível contra os mouros africanos.

A terceira assenta no proveito que aconselha a guerra que traz novas terras por conquista. Logo há que conquistá-las em África.

A quarta consiste no prazer de ordenar e preparar uma guerra sempre com a esperança no sucesso. O prazer maior reside nos bons resultados militares e o prazer máximo na conquista do céu por parte daqueles que morrem no campo de batalha.

O Infante D. João não se define pelo siso ou pela cavalaria. Entrega a S. Miguel e à sua balança o encargo de proceder à pesagem dos prós e dos contras (20).

O comportamento ético deste princípio pauta-se por ideias que se fundamentam em valores axiológicos, em que a doutrina da fraternidade irmana todos os cristãos no princípio de bem fazer e conquistar almas para Deus. O seu perfil viabiliza no entanto o caminho para o alargamento territorial, que difundirá a fé através da acção proselitista.

Posterior aos pareceres antecedentes é aquele que o infante D. Henrique formula em 1436. E sem dúvida o mais fiel testemunho de um cavaleiro-cruzado que coloca como fim supremo da vida humana o serviço a Deus e a conseqüente honra ganha na luta contra os muçulmanos (21).

(20) *Idem, ibidem.*

(21) A.N.T.T., *Livroraria*, ms. 1928, fols. 126v.-132v. Publicado por Domingos Maurício Gomes dos Santos, *ob. cit.*, pp. 85-86.

O parecer elaborado pelo infante D. Henrique reflecte bem o seu carácter. Em toda a sua exposição utiliza uma linguagem imbuída de radicalismo e um tanto exaltada. Acima de tudo pretende levar a efeito a guerra contra os mouros, estejam eles em Granada ou em Marrocos, sem olhar a despesas, perigos e danos de qualquer natureza.

Conforme já observou Magalhães Godinho, talvez com excessivo rigor, utiliza frases falhas de conteúdo e desprovidas de sentido lógico, que denotam falta de tino e incapacidade de discutir as dificuldades reais. O seu parecer comparado com o dos outros mostra-se de qualidade inferior e revela uma certa falta de preparação intelectual (22).

No meio da sua prolixidade o infante D. Henrique apresenta um aspecto concreto: a desunião reinante entre os muçulmanos facilitarà por certo a tomada de Tânger (23).

O rei D. Duarte planeava a guerra contra os mouros. Contudo a fazermos fé em Rui de Pina o monarca não considerava o momento (anos de 1436 e 1437) como o mais oportuno para levar por diante o seu desígnio. Nas cortes de Évora de 1436 procedeu-se ao lançamento de pedidos destinados a financiar a expedição a Tânger (24).

A oração da abertura coube ao Dr. Rui Fernandes que dissertou sobre os prejuízos que resultavam para o reino do longo período de paz que então se vivia e declarou que tal estado não era menos ruinoso do que a situação de guerra. O monarca, conforme dizia o orador, desejava por serviço de Deus e glória do reino manter-se fiel ao juramento que fizera a D. João 1 de levar a cruzada ao mundo dos infiéis. Por tal motivo e para se escusar ao convite de alguns príncipes cristãos que lhe tinham solicitado auxílio, o monarca toma a iniciativa de mandar a África seus irmãos D. Henrique e D. Fernando à frente duma expedição. Com a finalidade da mesma se concretizar solicitou em Cortes a contribuição material da nação. O subsídio de pedido e meio foi concedido "não sem grande murmuração e descontentamento do povoo, cujas vozes e lamentações, per interpostas pessoas que folgavam, nom com boa tençam de o publicar, feriam a alma d'ElRey com muyta tristeza" (25).

O ambiente de resistência à realização da expedição que D.

(22) Vitorino Magalhães Godinho, *ob. cit.*, p. 112.

(23) A.N.T.T., *Livraria*, ms. 1928, fols. 126v.-132v.

(24) Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, in "Collecção de Livros Inéditos", Lisboa, 1790, tomo I, cap. XIV, pp. 115-117.

(25) *Idem, ibidem*.

Duarte encontra nas mencionadas Cortes, leva-o a juntar os seus mais próximos no conselho de Leiria, seguindo assim uma tradição instituída por seu pai sempre que a gravidade da situação política o exigisse.

Para além dos pareceres referidos temos o que foi pronunciado pelo Infante D. Pedro, o qual se manifesta abertamente contra a efectivação da expedição.

As objecções de D. Pedro incidem fundamentalmente sobre os seguintes pontos:

1) A conquista apenas terá valor económico com a colonização, a organização da agricultura, comércio e indústria a par da manutenção de um forte sistema militar; 2) Portugal não se encontra suficientemente povoado e arroteado. A fazenda não possui solidez; 3) Escasseia gente e dinheiro para a ocupação e valorização económica de Marrocos (26).

Depois de apresentar os motivos que considera desaconselharem uma política de expansão em Marrocos, D. Pedro analisa o problema especial da expedição em vista. Considera os seguintes aspectos: 1) insuficiência dos efectivos para cercar a cidade de Tânger e resistir a um ataque envolvente dos mouros; 2) total falta de sigilo na ideia e preparação da empresa, o que teria como consequência os mouros poderem vir a concentrar forças esmagadoras; 3) ausência de corpos de socorros em caso de necessidade. O Duque de Coimbra prevê que os cercadores possam vir a ser cercados, o que aliás aconteceu (27).

Perante o conjunto de pareceres ressalta a ideia de que Portugal se debatia com um grave problema financeiro e que a nobreza perante a crise de identidade que atravessava exercia pressão no sentido duma expansão terrestre que implicava um esforço militar. Os grandes e pequenos quadros dessa nobreza intervêm na política de conquistas em África e a partir daí procuram tirar dividendos tanto em Portugal como nas parcelas ultramarinas (28).

Existindo a consciência das dificuldades de manutenção da

(26) A.N.T.T., *Gaveta II*, maço 7, nº 2. Publicado por Domingos Maurício Gomes dos Santos, *ob. cit.*, pp. 83-84.

(27) *Idem, ibidem*.

(28) Uma visão de conjunto sobre o papel da nobreza na expansão foi por mim traçada em "A nobreza portuguesa do século XV", in *Actas do Congresso Internacional La Ordem Concepcionista*, vol. I, Leon, 1989, pp. 43-54.

praça de Ceuta, gerou-se a ideia de que apenas um alargamento territorial permitiria evitar o isolamento daquela praça e exercer um controlo sobre as rotas comerciais do norte de África. Ora precisamente esse alargamento do território impunha-se à nobreza como forma de captação de recursos naturais.

A mobilidade da nobreza em direcção ao Algarve aumenta de expressão no reinado de D. Afonso V. Dois casos importantes que mereceram anteriormente a minha análise são os de D. Henrique de Meneses, Conde de Viana e de Valença, que foi capitão de Alcácer e chegou a Conde de Loulé. D. Francisco Coutinho, Conde de Marialva, que casou com uma filha do anterior titular, sucedeu a seu sogro na posse do condado de Loulé. Outro caso de um indivíduo estranho à região é o de D. Afonso, filho do segundo duque de Bragança, o qual foi elevado à categoria de Conde de Faro (28).

Curiosamente o Rei D. Duarte ao manifestar as razões que o levam a determinar a expedição a Tânger, numa aparente reviravolta, exprime alguns dos vectores essenciais da expansão portuguesa. Destacam-se os seguintes tópicos: 1) A vontade de D. João I para que a expansão prossiga; 2) O serviço de Deus e a evangelização dos gentios; 3) O exercício das armas e o espírito beligerante; 4) A vontade da nobreza em participar na guerra, a qual chega em alguns casos a ameaçar com o abandono do reino no caso de as directrizes políticas contrariarem o sentido de luta; 5) O alargamento territorial com a obtenção de rendas e o enquadramento de Ceuta numa política de auto-suficiência (30).

A convergência destes factores enunciados pelo rei constituiu um dos motivos essenciais para que se cumprisse uma das dinâmicas mais actantes no arranque da expansão portuguesa. Naturalmente que a nobreza apenas pôde viabilizar o seu desiderato em virtude do apoio obtido noutras áreas sociais interessadas em elevar o seu estatuto económico e social, numa larga e vasta empresa colectiva que comprometeu todas as forças e quadros profissionais da nação.

(29) Humberto Baquero Moreno, *A nobreza do Algarve...* pp. 142-144.

(30) Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. XVI, pp. 119-121.